



Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Se há paraíso na terra, esse lugar é, certamente, os Açores, em que sobressai S. Miguel, onde a harmonia da paisagem e a exuberância das suas manifestações vulcânicas, fazem desta ilha, um dos mais belos recantos desta Região. Isso mesmo foi confirmado, numa recente publicação da National Geographic Magazine, que classificou o arquipélago como as segundas mais belas ilhas do Planeta.

S. Miguel é a maior ilha, tem massa crítica, representa mais de 54% da população da Região e continua a crescer.

É a maior economia. O volume de vendas em S. Miguel corresponde a mais de 70% do total da Região. No emprego tem uma taxa de actividade superior à média regional.

Mas, com tantos requisitos potenciadores de progresso, porque razão subsistem tantos problemas na maior ilha dos Açores? E como admitiu o Senhor Presidente do Governo, nem tudo correu bem nos Açores

Comecemos pela educação:

Os açorianos detêm, em média, menos um ano de escolaridade do que o conjunto nacional e relativamente a S. Miguel, é nos concelhos desta ilha em que as taxas de analfabetismo se revelam com os níveis médios superiores, no contexto nacional, o que é preocupante. Até no ranking de avaliação das escolas, aquelas mais afastadas de Ponta Delgada estão muito mal posicionadas. É preciso fazer ainda mais.

Um dos sintomas do definhar das pequenas comunidades rurais é o encerramento de escolas. O cenário da periferia, nos Concelhos de Povoação e Nordeste, constata-se pela desertificação, com a perda de



população e o conseqüente envelhecimento das pessoas. No Nordeste o índice de envelhecimento é de 94%, enquanto que na Povoação é de 70%, sendo a média dos Açores de 63,4%.

Em S. Miguel, reclamam-se mais creches, jardins-de-infância e lares de idosos, que não abundam naquela ilha e mesmo assim, em 2005, não se executou 51% das verbas para equipamentos de apoio aos idosos. É preciso dar resposta a estas pretensões.

Nos Açores, os índices de pobreza, segundo o rendimento, são muitos elevados. Em Junho de 2007, o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção era de 17 mil. Infelizmente, só em S. Miguel existem 11.128 beneficiários e é lá onde se podem encontrar as maiores e mais complexas bolsas de pobreza dos Açores. Uma chaga social a que não podemos fechar os olhos.

É verdade que hoje em dia existem muitos recursos financeiros, disponibilizados pela Região a diversas instituições de solidariedade social, para fazerem face a este problema, mas também é verdade que há ainda muitas dificuldades para debelar o estigma e a própria pobreza, apesar da realidade de hoje ser melhor e muito diferente de há trinta ou quarenta anos atrás.

A ilha de S. Miguel desenvolve-se, é verdade, mas a duas velocidades. Vejamos:

Em 2001, os Concelhos de P. Delgada, Ribeira Grande e Lagoa cresceram em 6.390 habitantes, passando P. Delgada a ter 50% da população da ilha, enquanto que a Povoação e o Nordeste viram diminuir em 796 os seus habitantes, num processo de desertificação também na maior ilha dos Açores. Vila Franca vai tentando sobreviver.

Constata-se, assim que a população está a concentrar-se no triângulo Ponta Delgada - Ribeira Grande – Lagoa, onde também a actividade económica é intensa, onde estão localizadas as maiores empresas dos Açores e onde se registam os maiores investimentos regionais.

Por outro lado, o poder de compra dos cidadãos varia e em muito entre os municípios de S. Miguel. A disparidade é enorme entre P. Delgada e o



Nordeste, pois o poder de compra daquele distante Concelho representa somente 44.3% do poder de compra de Ponta Delgada.

É preciso ter mais capacidade para olhar para os Concelhos mais pequenos e aproveitar as grandes potencialidades do seu mosaico paisagístico, gastronómico e cultural, como forma de promover uma maior atractividade daqueles Concelhos mais afastados do centro populacional da ilha, criando-se condições para ali se continuar a viver e trabalhar, num processo de fixação das suas populações.

O desenvolvimento económico desses Concelhos é ainda de todo importante para se evitar a sobre concentração nos grandes centros urbanos, com todos os problemas daí advenientes e para manter a estabilidade social

Senhor Presidente

O ambiente há muito que deixou de ser apenas uma moda, é um caso de sustentabilidade do desenvolvimento económico e social. É preciso que cada cidadão se consciencialize do seu papel na preservação do meio ambiente. Infelizmente, em 2005, o Governo só executou 42% das verbas previstas para a qualidade ambiental.

Apesar das belezas das nossas ilhas, é desolador avistar, designadamente a Lagoa das Furnas ou das Sete Cidades, onde o verde das águas, resultante da eutrofização, nos traz à memória aqueles movimentos muito activos que lutaram pela sua salvaguarda. Onde estão os resultados concretos que os micaelenses querem ouvir, relativamente à salvação destas belezas naturais? E quais os impactos ambientais do caminho entre o Faial da Terra e a Água Retorta?

É preciso investir-se de forma determinante nesta área crucial, não apenas nas palavras, mas também nas acções concretas.

No que diz respeito à segurança, e de acordo com os dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2005, houve 10.437 crimes nos Açores, significando um aumento de 384 crimes, relativamente a 2004. Somos a quarta pior Região de Portugal, com um índice de 43,2 crimes por 1.000 habitantes, em que 60% desses crimes ocorreram em S. Miguel.



Trata-se de um indicador preocupante para as populações, que deve fazer reflectir o Governo Regional e as forças de segurança.

No entanto, deparamo-nos com o facto das polícias viverem com uma clamorosa falta de meios humanos e materiais. O Estado não pode demitir-se das suas funções intrínsecas, como é o da segurança, destinando os recursos para outros fins.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Esta a nossa reflexão crítica, mas também construtiva para este debate, pois São Miguel, o principal motor do desenvolvimento açoriano, não poderá continuar a desenvolver-se a 2 velocidades, nem continuar a conformar-se com a actual situação. A coesão social e económica de toda a Ilha deve constituir um objectivo político prioritário, onde se incluam de forma objectiva os mais carenciados e os mais distantes dos centros urbanos.

António Pedro Costa